

Elementos De Direito Processual Civil - Teoria Geral Princípios Pressupostos (2ª Edição)

ÍNDICE

NOTA À 2ª EDIÇÃO	7
NOTAS PRÉVIAS	9
ABREVIATURAS E SIGLAS	15
BIBLIOGRAFIA GERAL PORTUGUESA	17
TEORIA GERAL:	
O Direito Processual Civil e a relação processual	19
Introdução	20
1. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL	21
1.1. Direito Processual Civil e Direito Privado (Civil e Comercial)	21
1.2. Conflito de interesses e atividade de composição de interesses	22
1.3. Sistema português de composição de conflitos de interesses(sistema de administração da Justiça) e Direito Processual Civil	22
1.4. Resolução “alternativa” de litígios: evolução de um sistema exclusivamente judicial para um sistema integrado de resolução de litígios	24
1.5. A arbitragem como atividade de composição de conflitos extrajudicial (heterocomposição arbitrai). A Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro (Lei da Arbitragem Voluntária)	25
1.6. A mediação como atividade de composição de conflitos autocompositiva	29
1.6.1. A mediação pré-judicial	29
1.6.2. A mediação endoprocessual e a suspensão da instância	30
1.7. Os Julgados de Paz como exercício de uma atividade de composição de conflitos extrajudicial: a questão da competência exclusiva ou alternativa no âmbito definido pela lei; sentença homologatória do acordo obtido na mediação (autocomposição) e sentença proferida pelo juiz de paz (heterocomposição)	31
1.8. A administração extrajudicial da justiça e o princípio da administração pública da justiça e do exercício da função jurisdicional por órgãos estaduais específicos	35
1.9. Mecanismos endoprocessuais autocompositivos	36
1.9.1. Remessa do processo para mediação e suspensão da instância	36
1.9.2. Conciliação judicial	36
1.9.3. Transação judicial	37
1.9.4. Compromisso arbitrai	38
1.10. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária; movimento de desjudicialização e substituição dos tribunais pelas Conservatórias do Registo Civil quanto à competência em determinados procedimentos de jurisdição voluntária	39
2. A FUNÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E A FUNÇÃO DO PROCESSO	43
2.1. A função das normas de Direito Processual Civil	43
2.2. O direito de ação	44
2.3. A função do processo	44
2.3.1. A resposta à pretensão do autor: a justa composição do litígio em tempo útil de acordo com a verdade material	44
2.3.2. A heterocomposição do litígio e a decisão de mérito como resposta ao pedido formulado pelo autor. A decisão de absolvição da instância não responde ao pedido formulado pelo autor	45
2.3.3. “Verdade material” e “verdade processual”. Afirmções sobre a realidade dos factos, objeto da prova, repartição do ónus da prova e consequências negativas da falta de prova	47
2.3.4. Desistência, confissão, mecanismos endoprocessuais autocompositivos e sentença homologatória	47
2.4. Classificação das ações ou providências judiciais de acordo com pretensão formulada junto do tribunal (art. 10.0 do CPC)	49
2.4.1. Espécies de ações judiciais: ações declarativas (de condenação, de simples apreciação e constitutivas) e executivas	49
2.4.2. Providências e procedimentos cautelares	53
2.4.2.1. Noção e características gerais	53
2.4.2.2. Providência inominada e procedimento cautelar comum	54
2.4.2.3. Breve descrição das fases da tramitação dos procedimentos cautelares	57
2.4.2.4. Procedimentos cautelares especificados	57
2.4.2.5. A instrumentalidade e provisoriedade das providências cautelares e a dispensa do ónus da propositura da ação no CPC de 2013	66

Elementos De Direito Processual Civil - Teoria Geral Princípios Pressupostos (2ª Edição)

2.4.2.5.1.	Aspetos gerais	66
24.2.5.2.	Pressupostos e fundamentos da chamada “inversão do contencioso”	67
24.2.5.3.	A dispensa do ónus de propositura da ação principal e a consolidação da providência como composição definitiva do litígio	68
2.4.2.54.	Contraditório diferido e recurso	69
24.2.5.5.	Antecedentes do regime da inversão do contencioso na lei processual civil portuguesa	70
24.2.5.6.	Aplicação do regime da inversão do contencioso no âmbito dos procedimentos especificados	72
24.2.5.6.1.	O caso particular da providência de suspensão de deliberações sociais	74
24.2.5.6.2.	Inversão do contencioso e propositura da ação de impugnação do direito acatelado	76
24.2.5.6.3.	O conteúdo da providência de suspensão de deliberações sociais e a consolidação da providência como composição definitiva do litígio	77
2.4.3.	Providências de jurisdição voluntária	79
2.5.	O desvio da função do processo	79
2.6.	O sancionamento dos comportamentos dilatórios das partes	82
3.	A ESTRUTURA DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL E A ESTRUTURA DO PROCESSO	85
3.1.	A estrutura da relação jurídica processual	85
3.2.	Estrutura do processo: sequência de atos jurídicos praticados pelos sujeitos processuais (forma processual)	87
3.3.	Especificidade dos atos processuais	88
3.4.	Disposições comuns aos atos processuais	89
3.4.1.	Forma, lugar e momento em que se praticam	89
3.5.	Atos especiais: citação e notificações	93
3.6.	A dinâmica da instância	96
3.7.	A invalidade do ato processual	96
3.8.	Os sujeitos da relação jurídica processual	99
3.9.	Forma do processo declaratório comum	101
3.10.	Determinação e fixação do valor da ação	102
3.11.	Breve descrição da tramitação do processo declaratório comum (forma única)	103
3.12.	Conteúdo das normas de Direito Processual Civil	104
4.	O OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL E O OBJETO DO PROCESSO	107
4.1.	Objeto da relação jurídica processual	107
4.2.	Objeto do processo	108
4.2.1.	O pedido e a causa de pedir	108
4.2.2.	Conformação do objeto do processo e ineptidão da petição inicial	109
4.2.3.	A identificação do objeto do litígio na fase intermédia do processo declaratório comum: o despacho de identificação do objeto do litígio	111
5.	A LEI PROCESSUAL CIVIL	113
5.1.	Caracteres gerais das normas de Direito Processual Civil	113
5.2.	A legislação processual civil vigente	113
5.2.1.	Código de Processo Civil de 2013	113
5.2.2.	Legislação complementar	114
5.2.3.	Direito processual europeu	115
5.3.	O Código de Processo Civil como Direito Processual “Comum”	116
5.4.	Diretrizes gerais sobre a interpretação e integração da lei processual civil	117
5.5.	Diretrizes gerais sobre a aplicação da lei processual civil no tempo	119
5.5.1.	Disposições transitórias e princípios gerais	119
5.5.2.	Disposições transitórias especiais do Código de Processo Civil de 2013	121
5.5.3.	Disposições legais sobre alteração relativas a prazos ou a Direito probatório	122

Elementos De Direito Processual Civil - Teoria Geral Princípios Pressupostos (2ª Edição)

PRINCÍPIOS:

Os Princípios do Direito Processual Civil	125
Introdução	126
1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	127
1.1. O direito à jurisdição como direito fundamental	127
1.1.1. Função normogénica do direito à jurisdição	128
1.1.2. Os princípios constitucionais do Processo Civil e sua concretização na lei processual	128
1.1.2.1. O direito de acesso aos Tribunais	129
1.1.2.1.1. Direito de ação	129
1.1.2.1.2. Direito de defesa	130
1.1.2.1.3. Princípio da proibição da denegação de justiça por insuficiência de meios económicos	133
1.1.2.2. O direito a um processo equitativo	135
1.1.2.2.1. Princípio da independência e imparcialidade dos tribunais	135
1.1.2.2.2. Direito ao contraditório	135
1.1.2.2.3. Princípio da igualdade de "armas" (de igualdade dos meios processuais)	137
1.1.2.2.4. Princípio da licitude da prova	137
1.1.2.2.5. Direito de comparência pessoal	137
1.1.2.2.6. Princípio da fundamentação da decisão	138
1.1.2.2.7. Princípio da publicidade	139
1.1.2.3. Direito a uma decisão em prazo razoável	139
1.1.2.4. Princípio da legalidade da decisão	140
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	142
2.1. Princípios fundamentais	142
2.1.1. Princípios estruturantes do Direito Processual Civil	142
2.1.1.1. Princípio inquisitório (em sentido amplo)	146
2.1.1.1.1. Poder-dever de gestão processual	147
2.1.1.1.2. Princípio do inquisitório em sentido restrito	151
2.1.1.2. Princípio dispositivo (em sentido amplo) e princípio da autorresponsabilidade das partes	151
2.1.1.3. Princípio da cooperação	158
2.1.2. Princípio da boa fé processual	159
2.1.3. Princípio do contraditório e da igualdade das partes	159
2.1.4. Princípio da economia processual	160
2.2. Princípios relativos à produção e apreciação da prova e à audiência final	162
2.2.1. Princípio da imediação e da oralidade	162
2.2.2. Princípio da audiência contraditória	163
2.2.3. Princípio da livre apreciação da prova	164
2.2.4. Princípio da aquisição processual	165
2.2.5. Princípio do valor extraprocessual das provas	165
2.2.6. Princípio da concentração e plenitude da assistência do juiz	166
2.2.7. Princípio da publicidade e da continuidade da audiência	166
2.3. Princípios relativos à prática de atos processuais e prazos	166
PRESSUPOSTOS:	
Os pressupostos processuais	173
Introdução	174

Elementos De Direito Processual Civil - Teoria Geral Princípios Pressupostos (2ª Edição)

1.	Conceito e relevância dos pressupostos processuais	174
2.	Regime geral dos pressupostos processuais	176
1.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RELATIVOS ÀS PARTES	
1.1.	A personalidade judiciária	177
1.2.	A capacidade judiciária	178
1.3.	A legitimidade	181
1.3.1.	Critérios legais de determinação da legitimidade	181
1.3.2.	Ilegitimidade singular e ilegitimidade plural	183
1.3.3.	Substituição processual	183
1.4.	Patrocínio judiciário quando obrigatório	185
1.5.	O interesse em agir do autor como pressuposto processual	186
1.5.1.	Autonomia e caracterização do interesse processual como pressuposto	186
1.5.2.	Consequências da falta de interesse processual	189
1.6.	A pluralidade de partes	190
1.7.	A intervenção de terceiros	192
1.7.1.	Intervenção principal	193
1.7.1.1.	Intervenção principal espontânea e provocada	194
1.7.2.	Intervenção acessória	196
1.7.2.1.	Intervenção acessória provocada	196
1.7.2.2.	Intervenção acessória espontânea: assistência	197
1.7.3.	Oposição	198
1.7.3.1.	Oposição mediante embargos de terceiro	198
1.7.4.	Efeitos da intervenção de terceiros	198
2.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RELATIVOS AO TRIBUNAL:	
	A COMPETÊNCIA INTERNACIONAL E A COMPETÊNCIA INTERNA	200
2.1.	Noção de competência	200
2.2.	Modalidades de competência	202
2.2.1.	Competência internacional e competência interna	202
2.2.2.	Competência internacional dos tribunais portugueses	203
2.2.2.1.	Regras sobre competência internacional	203
2.2.2.2.	Regras vigentes em Portugal	204
2.2.2.3.	Regulamento (UE) n.º 1215/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2012	205
2.2.2.4.	Regulamento (CE) n.º 2201/2003 do Conselho, de 27 de novembro de 2003 (Regulamento Bruxelas II-A)	211
2.2.2.5.	Regulamento (CE) n.º 4/2009 do Conselho, de 18 de dezembro de 2008	212
2.2.2.6.	Regulamento (UE) n.º 650/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012	213
2.2.2.7.	Regras de competência internacional do direito interno	213
2.2.2.7.1.	Competência internacional legal: os critérios de aferição da competência internacional dos tribunais portugueses estabelecidos nos artigos 62º e 63º do CPC	214
2.2.2.7.2.	Competência internacional convencional: pactos atributivos e pactos privativos de jurisdição	216
2.2.3.	Competência interna	216
2.2.3.1.	Sequência	216
2.2.3.2.	Competência em razão da matéria	218
2.2.3.3.	Competência em razão do valor	223
2.2.3.4.	Competência em razão da hierarquia judiciária	224
2.2.3.5.	Competência em razão do território	225

Elementos De Direito Processual Civil - Teoria Geral Princípios Pressupostos (2ª Edição)

2.2.3.6.	Extensão da competência	229
2.2.3.7.	Competência convencional	229
2.3.	Violação das regras da competência: a incompetência absoluta e a incompetência relativa	231
2.3.1.	Modalidades de incompetência	231
2.3.2.	Regime da incompetência absoluta	232
2.3.3.	Regime da incompetência relativa	232
2.3.4.	Preterição do tribunal arbitral necessário	233
3.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS RELATIVOS AO OBJETO DO PROCESSO	234
3.1.	Objeto do processo, pressupostos relativos ao objeto e exceções dilatórias	234
3.2.	Objeto do processo e consequências da inexistência do objeto do processo	234
3.3.	Repetição de causas: identidade de objetos e identidade de sujeitos	235
3.4.	Verificação da exceção de litispendência e suas consequências	235
3.5.	Verificação da exceção de caso julgado	237
3.5.1.	Trânsito em julgado da sentença e força/autoridade de caso julgado	237
3.5.2.	Efeitos do caso julgado material	238
3.5.3.	Dedução da exceção de caso julgado	238
3.5.4.	Âmbito do caso julgado: princípio da concentração da defesa e preclusão	239
3.5.5.	A força de caso julgado da sentença homologatória de transação ou confissão	239